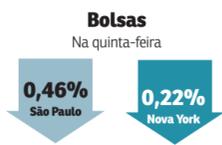




10 • Correio Braziliense — Brasília, segunda-feira, 2 de janeiro de 2023



Dólar
Na quinta-feira

R\$ 5,280
(+ 0,47%)

Dólar	Últimos
22/dezembro	5,202
23/dezembro	5,166
26/dezembro	5,209
28/dezembro	5,287

Salário mínimo
R\$ 1.320

Euro
Comercial, venda na quinta-feira

R\$ 5,637

CDI
Ao ano

13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

13,66%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Julho/2022	-0,68
Agosto/2022	-0,36
Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41



Lula critica teto e Pacheco cobra regra

Presidente chama norma que limita gastos de "estupidez", mas promete realismo fiscal. Agenda prevê forte ação estatal

» HENRIQUE LESSA

Durante o discurso de posse, ontem, no Congresso Nacional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reafirmou os compromissos expressos durante a campanha eleitoral, apontando a prioridade do seu governo com aquilo que chama de "responsabilidade social", e reiterou a intenção de buscar uma regra fiscal que permita uma expansão maior das despesas públicas. Falando do Sistema Único de Saúde (SUS), disse que a instituição "foi a mais prejudicada por uma estupidez chamada teto de gastos, que haveremos de revogar". Ao mesmo tempo, manteve a promessa de manter as contas públicas sob controle.

O tom do discurso indica que Lula deve promover uma revisão de reformas liberais feitas em governos anteriores, como a da legislação trabalhista. "Vamos dialogar, de forma tripartite — governo, centrais sindicais e empresariais — sobre uma nova legislação trabalhista. Garantir a liberdade de empreender, ao lado da proteção social, é um grande desafio nos tempos de hoje", disse.

A fala aponta também para um Estado mais presente na Economia. Mas a revogação do teto de gastos, norma criada no governo de Michel Temer, que busca limitar as despesas e garantir a saúde das contas públicas — e na prática, foi repetidamente descumprida nos últimos anos —, não indica, segundo Lula, o abandono de qualquer responsabilidade fiscal.

Estabilidade

"O modelo que propomos, aprovado nas urnas, exige, sim, compromisso com a responsabilidade, a credibilidade e a previsibilidade; e disso não vamos

Jefferson Rudy/Agência Senado



Rodrigo Pacheco, com Lula, na solenidade de posse: reforma tributária e novo arcabouço fiscal serão prioridades do Congresso em 2023

abrir mão", garantiu o presidente. "Foi com realismo orçamentário, fiscal e monetário, buscando a estabilidade, controlando a inflação e respeitando contratos que governamos este país", disse Lula, referindo-se ao período de seus dois primeiros mandatos na Presidência da República. O presidente não adiantou como pretende manter o equilíbrio das contas públicas, mas o projeto de uma nova âncora fiscal está previsto no texto aprovado da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da transição.

Falando na sequência de Lula,

durante a solenidade, o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), apontou os desafios do novo governo. "Chega com desafios complexos, como unificar um Brasil polarizado, garantir compromissos sociais e governar com responsabilidade fiscal", afirmou Pacheco. E, em tom de cobrança, reforçou que espera o equilíbrio entre o social e o fiscal com a elaboração da nova âncora. "A agenda econômica do novo governo precisa encontrar o ponto de equilíbrio entre política fiscal, monetária e social, a fim de que o Brasil volte a crescer e

gerar empregos", ressaltou o senador. Segundo ele, "a reforma tributária, ao lado da elaboração do novo arcabouço fiscal, são as pautas prioritárias do Congresso Nacional em 2023".

Uma das frentes de ação apontadas por Lula é promover uma economia sustentável do ponto de vista ambiental. "Vamos iniciar a transição energética e ecológica para uma agropecuária e uma mineração sustentáveis, uma agricultura familiar mais forte, uma indústria mais verde", sinalizou, durante a fala. Além disso, ele prometeu restabelecer o programa

habitacional Minha Casa Minha Vida e estruturar um novo PAC (Programa de Aceleração de Crescimento) para gerar empregos.

No discurso, Lula também apontou que pretende reindustrializar o país e criticou a importação de diversos itens. "O Brasil é grande demais para renunciar a seu potencial produtivo. Não faz sentido importar combustíveis, fertilizantes, plataformas de petróleo, microprocessadores, aeronaves e satélites. Temos capacidade técnica, capitais e mercado em grau suficiente para retomar a industrialização e a

oferta de serviços em nível competitivo", disse. "O Brasil pode e deve figurar na primeira linha da economia global."

De acordo com o presidente, a estratégia para essa reindustrialização passa pelo financiamento público "O futuro pertencerá a quem investir na indústria do conhecimento, que será objeto de uma estratégia nacional, planejada em diálogo com o setor produtivo, centros de pesquisa e universidades, junto com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, os bancos públicos, estatais e agências de fomento à pesquisa", afirmou.



O modelo que propomos, aprovado nas urnas, exige, sim, compromisso com a responsabilidade, a credibilidade e a previsibilidade; e disso não vamos abrir mão. Foi com realismo orçamentário, fiscal e monetário, buscando a estabilidade, controlando a inflação e respeitando contratos que governamos este país"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

Entre os primeiros atos, revogação de privatizações

Entre as primeiras medidas tomadas logo após a posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou aos ministros da área econômica a retirada de empresas estatais do programa de privatização. As duas empresas imediatamente atingidas pela medida são a Petrobras e os Correios. A petroleira vinha tocando um programa de venda de ativos, inclusive refinarias, que agora deverá ser interrompido. O processo de privatização dos Correios aguardava análise do Tribunal de Contas da União (TCU). Outra companhia que deve ficar de fora do programa, com a decisão, é a Empresa Brasileira de Comunicação, a EBC, que controla as televisões públicas e educativas do governo federal.

Os atos foram assinados no Palácio do Planalto, logo após a cerimônia de entrega da faixa presidencial. Pouco antes, no discurso que marcou a posse na

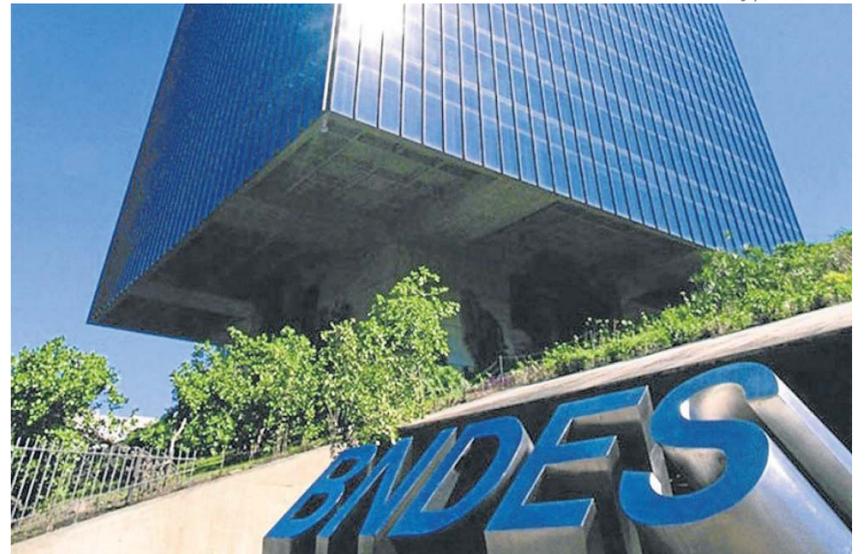
Presidência, Lula apontou a estratégia do novo governo de fortalecer os bancos públicos e as estatais. "Vamos resgatar o papel das instituições do Estado, bancos públicos e empresas estatais no desenvolvimento do país para planejar os investimentos na direção de um crescimento econômico sustentável, ambientalmente e socialmente", assinalou.

No pronunciamento, Lula também ressaltou a centralidade que vê para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "Os bancos públicos, especialmente o BNDES, e as empresas indutoras do crescimento e inovação, como a Petrobras, terão papel fundamental neste novo ciclo", frisou.

Ao mesmo tempo, o presidente defendeu o controle do governo sobre empresas estatais e o fim das privatizações como forma de "preservar o patrimônio nacional".

"Os recursos do país foram rapinados para saciar a estupidez dos rentistas e de acionistas privados das empresas públicas", disse o presidente, indicando uma diminuição no pagamento de dividendos dessas empresas, o que deve desagradar os acionistas privados das estatais.

Na semana passada, ao anunciar as presidentes do Banco Brasil e da Caixa Econômica Federal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tinha afirmado que as duas instituições estarão alinhadas com as prioridades do governo. "Elas estão conversando muito com o presidente, conversando comigo. Estão absolutamente alinhadas com o plano de governo do presidente Lula, sabem dos desafios que estão colocados em relação ao sistema de crédito no Brasil, com agenda muito desafiadora", disse Haddad. (HL)



BNDES terá papel fundamental na indução de novo ciclo de crescimento, segundo o presidente